



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura de Marcelino Ramos

Of. Gab. nº 477/2019


Marcelino Ramos, RS, em 29 de novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

O Município de Marcelino Ramos, inscrito no CNPJ nº 87.613.287/0001-03, sito a Praça Padre Basso, nº 15, nesta cidade de Marcelino Ramos, vem pelo presente encaminhar para apreciação desta Casa Legislativa, em regime de urgência especial, o Projeto de Lei Municipal nº 047/2019, de 29.11.2019 que dispõe sobre o custeio de locomoção dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS. Tal Projeto de Lei justifica-se em face de regularizar, em âmbito municipal, a Lei Federal nº 11.350/2006, de 05 de outubro de 2006, e suas alterações posteriores, que trata das atividades pertinentes dos Agentes Comunitários de Saúde. A Lei Federal prevê em seu Artigo 9-H que institui verba de custeio de locomoção. Tal dispositivo foi inserido na Lei Federal nº 11.350/2006 pela Lei Federal nº 13.708/2018, de 14 de agosto de 2018.

Limitamos ao exposto, ficamos a disposição.

Atenciosamente


JULIANO ZUANAZZI
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

HELIO MULLER

DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Marcelino Ramos – RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura de Marcelino Ramos

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 047/2019, de 29 de novembro de 2019.

Câmara Municipal de Vereadores
de Marcelino Ramos

Protocolo de Entrada nº 46-2019
Data: 29/11/2019


Agente Administrativo Técnico

Dispõe sobre custeio de locomoção dos
Agentes Comunitários de Saúde – ACS.

JULIANO ZUANAZZI, Prefeito Municipal de Marcelino Ramos, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que, em cumprimento ao disposto no artigo 66, inciso II, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A presente Lei institui o custeio de locomoção dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS que atuam no Município de Marcelino Ramos.

Art. 2º Fica autorizado o Município de Marcelino Ramos a pagar aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, a título de custeio de locomoção, quando do efetivo exercício da função, o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Parágrafo único – os Agentes Comunitários de Saúde – ACS quando em gozo de férias e/ou outros afastamentos legais não perceberão este custeio.

Art. 3º O benefício de que trata a presente Lei tem natureza indenizatória, sem a incorporação na base salarial dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e sem a incidência de qualquer reflexo de natureza salarial, sendo contraprestado juntamente com a folha de pagamento do respectivo mês.

Art. 4º Fica vedado o pagamento aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS de qualquer outro auxílio que tenha por finalidade ressarcir despesas com transporte quando no exercício de suas funções nas respectivas áreas de atuação.

Art. 5º O valor disposto no art. 2º desta Lei, será alterado anualmente sempre no Mês de janeiro pelo IPCA acumulado do ano anterior.




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura de Marcelino Ramos

Parágrafo único: O valor será fixado por decreto do Poder Executivo, levando em conta o percentual de que trata o caput.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente lei correrão por dotações orçamentárias específicas constantes no orçamento municipal vigente.

Art. 7º – Esta Lei entra em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, a contar de 1º (primeiro) de janeiro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO RAMOS, em 29 de novembro de 2019.



JULIANO ZUANAZZI,
Prefeito Municipal

